

## **Fragments sobre a memória da educação superior em Santa Maria – RS, Brasil, a partir das instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.**

Fragments on the memory of higher education in Santa Maria - RS, Brazil, from the institutions managed by the Franciscan Sisters of Christian Penitence and Charity

**Luciana Souza de Brito<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este estudo tem como propósito apresentar elementos sobre a memória da educação superior no município de Santa Maria, RS, Brasil, tendo por pressuposto as instituições mantidas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Nesse sentido, parte-se de uma historiografia acerca dos primórdios da educação superior no município, com a criação das primeiras Faculdades, ainda nos anos 1930, até a constituição das Faculdades e demais instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas. Optou-se por apresentar também considerações sobre a participação das Irmãs Franciscanas da constituição da Universidade de Santa Maria, pois nos anos 1960 esse fator foi essencial para a interiorização do ensino superior no Brasil. Por fim, apresenta-se uma discussão sobre o que vem a ser entendido como memória e sua aplicação ao contexto da pesquisa, no que, conclui-se que as fontes documentais presentes nos acervos das instituições de ensino superior gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas, por meio da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - SCALIFRA constituem-se em importantes registros sobre a instalação, desenvolvimento e crescimento do ensino superior no município.

**Palavras chave:** Ensino Superior, Irmãs Franciscanas, Santa Maria.

**Resumen:** Este estudio tiene como objetivo presentar elementos sobre la memoria de la educación superior en el municipio de Santa María, RS, Brasil, basados en las instituciones mantenidas por la Congregación de las Hermanas Franciscanas de Penitencia y Caridad Cristiana. En este sentido, parte de una historiografía sobre los inicios de la educación superior en el municipio, con la creación de los primeros colegios, aún en la década de 1930, hasta la constitución de los colegios y otras instituciones administradas por las Hermanas Franciscanas. También se decidió presentar consideraciones sobre la participación de las Hermanas Franciscanas en la constitución de la Universidad de Santa María, ya que en la década de 1960 este factor fue esencial para la internalización de la educación superior en Brasil. Finalmente, se presenta una discusión sobre lo que debe entenderse como memoria y su aplicación al contexto de investigación, en el que se concluye que las fuentes documentales presentes en las colecciones de las instituciones de educación superior gestionadas por las Hermanas Franciscanas a través de la Sociedad Benéfica y Literaria de São Francisco de Assis - SCALIFRA son registros importantes sobre la instalación, el desarrollo y el crecimiento de la educación superior en el municipio/región.

**Palabras clave:** Educación Superior, Hermanas Franciscanas, Santa Maria.

**Abstract:** This study aims to present elements about the memory of higher education in Santa Maria, RS, Brazil, based on the institutions maintained by the Sisters of St. Francis of Penance and Christian Charity. As such, we start from historiography about the beginnings of higher education in the municipality, with the creation of the first Colleges in the 1930s, until the constitution of the Colleges and other institutions managed by the Franciscan Sisters. We also decided to present considerations on the participation of the Franciscan Sisters in the constitution of the University of Santa Maria, once in the 1960s, this factor was essential for the internalization of higher education in Brazil. At last, we bring a discussion about what is to be understood as memory and its application to the research context. It is therefore concluded that the documentary sources which can be found in the collections of higher education institutions managed by the Franciscan Sisters through The Charitable and Literary Society of Saint Francis of Assisi (SCALIFRA) constitute important records of the installation, development and growth of higher education in the city.

**Keywords:** Higher Education, Franciscan Sisters, Santa Maria

---

<sup>1</sup> Luciana Souza de Brito, Professora do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Brasil, [lucyanabrito@yahoo.com.br](mailto:lucyanabrito@yahoo.com.br)

## Introdução

O objetivo deste estudo consiste na apresentação de elementos sobre a memória da educação superior na cidade de Santa Maria, RS, Brasil, a partir das instituições mantidas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

A metodologia utilizada caracteriza essa pesquisa como um estudo bibliográfico, que tem por suporte a pesquisa bibliográfica e documental.

Desta forma, no desenvolvimento do estudo, inicialmente buscou-se identificar os primórdios do ensino superior na cidade, a fim de se conhecer quais Faculdades iniciaram a oferta de cursos em nível superior na cidade, bem como as áreas de conhecimento atendidas inicialmente. Nesse contexto, as primeiras instituições de ensino superior da cidade foram a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. A partir destas, outras instituições foram criadas dentre estas as que estiveram sob gestão das Irmãs Franciscanas, as quais serão mencionadas a seguir.

A partir desse estudo preliminar, buscou-se conhecer também quais instituições foram fundadas e que tiveram como mantenedora a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, Zona Norte (SCALIFRA-ZN), responsável pela gestão das instituições de ensino vinculadas à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Considerando esses aspectos, e tendo em vista uma sequência cronológica de criação, chegou-se a identificação das seguintes instituições: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), Faculdades Franciscanas (FAFRA), Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Universidade Franciscana (UFN), todas sob a gerência da SCALIFRA-ZN.

Além destas, também buscou-se abordar a Universidade de Santa Maria (USM), que foi constituída tendo como base as instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas, e sem as quais, não poderia existir considerando a legislação para criação de Universidades federais da época. Assim, a instituição a que nos referimos, a Universidade de Santa Maria foi criada em 1960, e atualmente é conhecida como Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Este cenário sobre o ensino superior permitiu o aprofundamento de discussões sobre o que se entende por memória e como essa pode ser compreendida especificamente a partir dos acervos documentais presentes nas instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas. Assim, procurou-se evidenciar que as fontes documentais presentes nos arquivos das instituições de ensino superior podem ser evocadoras de memórias, e que podem vir a contribuir para o entendimento de como o ensino superior foi instalado e se desenvolveu em Santa Maria, RS.

Compreende-se que os aspectos aqui apresentados são considerações preliminares, os quais podem e devem ser complementados futuramente, pois o tema não se esgota com os fundamentos destacados no texto.

### **O contexto da educação superior em Santa Maria, RS: primórdios**

A cidade de Santa Maria situa-se no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. No contexto desta pesquisa faz-se necessário caracterizar a mesma quanto as suas atividades no ensino superior, as quais iniciam em 1931, mas o destaque se dá a partir da década de 50 quando se desenvolvem uma série de atividades que em conjunto vão impulsionar o desenvolvimento do ensino superior na cidade.

Diante do exposto, as primeiras iniciativas relacionadas a constituição do ensino superior no município têm sua gênese na instalação na cidade da Faculdade de Farmácia. A Faculdade de Farmácia foi instituída em 30 de setembro de 1931 e teve como primeiro diretor o dr. Francisco Mariano da Rocha e vice-diretor o dr. Severo do Amaral. O autor Isaia (1985) coloca que ainda foram membros dessa primeira diretoria o dr. Antonio Xavier da Rocha (secretário), dr. Valentim Fernandez (secretário), e o dr. Alfredo Ribas dos Santos (bibliotecário).

No ano de 1937 ocorre o ingresso do prof. José Mariano da Rocha Filho ao corpo docente da instituição, o qual assume a direção da mesma em 1945. Nesse sentido, como responsável pela Faculdade, o prof. José Mariano da Rocha Filho buscou soluções aos problemas financeiros da instituição. Assim, iniciou-se uma campanha visando a incorporação dessa Faculdade do interior do Estado, à Universidade de Porto Alegre, a única existente no Estado do Rio Grande do Sul no período (ZAMPIERI, 2011).

No que concerne a campanha de efetivação da incorporação à Universidade de Porto Alegre essa foi realizada por meio de notícias publicadas em jornais solicitando o apoio da comunidade, dentre eles o ‘Jornal A Razão’ e ‘Diário do Interior’, ambos de Santa Maria - RS (ROCHA FILHO, 1985). Nesse contexto, o movimento no sentido de interiorização do ensino superior foi noticiado também em outros periódicos tais como o ‘Diário de Notícias’, ‘Correio do Povo’, ‘Jornal do Dia’, todos de Porto Alegre – RS (BARICHELLO, 2000).

Visando ainda dar apoio a essa incorporação, em maio de 1948 foi realizada uma reunião com representantes de todas as classes sociais interessadas no tema, e por sugestão do prof. José Mariano da Rocha Filho constituiu-se a Associação Pró-Ensino Superior (ASPES), sendo este seu primeiro presidente (ROCHA FILHO, 1985).

Em 4 de dezembro de 1948 ocorreu a incorporação de três faculdades (a de Farmácia de Santa Maria - RS, a de Direito e Odontologia de Pelotas – RS) à Universidade de Porto Alegre, a qual passou a se denominar como Universidade do Rio Grande do Sul, a partir do projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa. Barichello afirma que

Pouco depois, pela Lei 1.166, datada de julho de 1950, a lei estadual foi homologada em nível federal, incorporando definitivamente as faculdades do interior à Universidade do Rio Grande do Sul. Quando a lei 1254, de 4 de dezembro de 1950, federalizou a Universidade do Rio Grande do Sul, os cursos do interior do estado passaram a fazer parte do sistema federal de educação<sup>1</sup>.

Posteriormente novas iniciativas no setor educacional, referentes ao ensino superior foram realizadas, na década de 1950. Assim, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi criada em 1953 e mantida pela Congregação dos Irmãos Maristas, por meio da Sociedade Meridional de Educação (SOME). Nesse contexto, Isaia (2006) coloca que houveram antecedentes no processo de constituição da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, sendo o primeiro passo a sensibilização realizada por três alunos do Curso de Contador do Colégio Santa Maria, em 1944. A seguir, em 1946, os professores apoiaram os alunos nesse processo, que cresceu e constituiu a Comissão Pró-Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. No entanto, com a formatura da turma de contabilistas em 1946 esses esforços foram interrompidos, sendo retomados somente em 1952, quando Antônio Isaia assume a direção do Sindicato dos Contabilistas de Santa Maria. Um nova reunião foi realizada, entre o Sindicato dos Contabilistas, Associação Beneficente dos Contabilistas e a ASPES buscando retomar as discussões sobre a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em Santa Maria.

A sessão solene de inauguração da Faculdade ocorreu em 19 de dezembro de 1953, presidida pela reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), prof. Elyseu Paglioli. Posteriormente, em 29 de dezembro de 1954 foi publicado o Decreto n. 36.680<sup>2</sup>, o qual autorizou o funcionamento da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

No ano de 1954 surge uma novidade no contexto educacional, com a criação de mais uma Faculdade em Santa Maria. O assunto foi discutido pelos representantes do poder legislativo da Câmara Municipal de Vereadores, desta forma, em 4 de maio de 1954 o vereador Patricio de Oliveira Flores “apresentou uma sugestão, para que a Câmara de

---

<sup>2</sup> BRASIL. Decreto n. 36.680 de 19 de dezembro de 1954. Autoriza o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1954-12-29;36680> > Acesso em: 19 set. 2019.

Vereadores, na data de abertura do curso de Medicina, promovesse uma sessão solene em regozijo pelo acontecimento<sup>iii</sup>.

Desta forma, segundo registros na Ata n. 180/1954<sup>3</sup> da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, em 13 de maio de 1954 foi realizada solenidade de abertura do curso de Medicina. Ao longo do mês de maio vários telegramas de congratulações e manifestações foram encaminhados à Câmara de Vereadores tendo em vista a criação desta instituição de ensino no município. Essa instituição foi legalmente criada e integrada na Universidade do Rio Grande do Sul por meio da Lei n. 2.712<sup>4</sup> de 21 de Janeiro de 1956.

Em 1955, duas novas instituições são criadas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, ambas mantidas pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte, pertencentes a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Estas instituições serão melhor abordadas a seguir, pois estão no foco deste trabalho.

Destarte, a temática da constituição de instituições de ensino superior no município também foi discutida em outras sessões plenárias da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Desta forma, a Ata n. 167<sup>5</sup>, referente a reunião de 14 de dezembro de 1953, traz uma síntese da fala de um dos vereadores da casa, em que o

Vereador Helio H. dos Santos abordou a questão do ensino superior em Santa Maria, remontando a anos passados quando um grupo de abenegados santamarienses iniciou movimento no sentido de dotar a cidade de faculdades, destacando que relativamente às Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Filosofia as manifestações do reitor Paglioli não poderiam ser levadas senão a conta de apoio a criação, pois que elas serão particulares e não pertencem à Universidade do Rio Grande do Sul, formulando votos para que tal incorporação venha a ocorrer, afirmando que a superiora das Irmãs Franciscanas e a Diretora do Colégio Santana são merecedoras de congratulações, o mesmo acontecendo em relação à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas que funcionará junto ao Colégio Santa Maria; [...]iii.

Em tempo, na mesma reunião houve também a manifestação do vereador Walter Cechella, com congratulações pela criação das Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras Imaculada Conceição e de Ciências Políticas e Econômicas na cidade. Outrossim, o vereador

---

<sup>3</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Ata de reunião n. 180, de 4 de maio de 1954**. Santa Maria.

<sup>4</sup> BRASIL. **Lei n. 2.712 de 21 de janeiro de 1956**. Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Disponível em: < <https://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:lei:1956-01-21:2712&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.gov.br%2Flegin%2Ffed%2Flei%2F1950-1959%2Flei-2712-21-janeiro-1956-355071-publicacaooriginal-1-pl.html&exec> > Acesso em: 10. out. 2019.

<sup>5</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Ata de reunião n. 167, de 14 de dezembro de 1953**. Santa Maria.

Antonio Lozza, registrou seu integral apoio a proposição de congratulações, lembrando ter sido um dos autores do pedido, em 1928, para criação da Faculdade de Farmácia, por solicitação do dr. Francisco Mariano da Rocha (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA, 1953).

É relevante abordar que o contexto do ensino superior em Santa Maria continuou evoluindo, e ao longo dos anos novas Faculdades e instituições de ensino foram sendo criadas. Entretanto como o foco do trabalho reside na análise da contribuição das instituições gerenciadas pela SCALIFRA optou-se por apresentar uma linha cronológica de criação das instituições até o surgimento daquelas sob responsabilidade da mantenedora. Desta forma, apresenta-se a seguir elementos sobre as instituições mantidas pela SCALIFRA-ZN.

### **A constituição das instituições gerenciadas pelas irmãs franciscanas**

A proposta desta unidade visa apresentar elementos sobre a constituição das instituições de ensino mantidas pela SCALIFRA-ZN, desde a década de 1950 até os dias atuais, mas além disso demonstrar a participação desta Congregação na constituição da Universidade de Santa Maria. Nesse sentido, as informações destacadas nesse texto são indícios sobre a trajetória de criação de desenvolvimento crescente destas instituições de ensino superior.

A primeira instituição criada em 1955, sob a manutenção da SCALIFRA-ZN foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC). Os aportes iniciais para criação da FIC decorrem de iniciativas promovidas por diferentes pessoas. Isaia (2006) coloca que são considerados como impulsionadores desse processo o prof. José Mariano da Rocha Filho (diretor da Faculdade de Farmácia de Santa Maria), o sr. Tarso Dutra (deputado federal), Irmão José Otão (diretor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS), Irmão Faustino João (diretor da Faculdade de Filosofia da PUCRS), e Irmã Consuelo (membro da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã).

Ao longo de 1953 e 1954 diversas notificações foram publicadas no Jornal ‘A Razão’, de circulação local, acerca das tratativas e encaminhamentos junto ao Ministério da Educação para a criação da Faculdade de Filosofia, as quais abordavam a crescente expectativa da comunidade santa-mariense para instalação da referida instituição de ensino.

Assim, nesse contexto de expectativas e discussões sobre a constituição da Faculdade de Filosofia, ocorreu em 19 de dezembro de 1953 uma reunião realizada pela ASPES e a SCALIFRA, em que as Irmãs Franciscanas concederam autorização para a criação da Faculdade, colocando-a sob sua manutenção e égide da Imaculada Conceição. Assim, após a

concordância para criação pela Congregação, durante o ano de 1954 Irmã Consuelo realizou diversas viagens até o Rio de Janeiro, capital do Brasil a época, para solicitação de autorização de funcionamento dos primeiros cursos. Corrobora essa afirmativa o relato de Marques e Dalpian (2008) que apontam a importância da participação de Irmã Consuelo no processo de autorização dos cursos a partir da sua designação, pela SCALIFRA-ZN, para realizar essas atividades.

Posteriormente, em 21 de março de 1955, por meio do Parecer n. 40/55<sup>6</sup> da Comissão do Ensino Superior do Ministério da Educação foi aprovada a realização do primeiro processo seletivo da FIC. O Decreto n. 37.103<sup>7</sup> de 31 de março de 1955 autorizou o funcionamento da FIC, sendo que o início das aulas ocorreu em 27 de abril, para os cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas.

Considerando o contexto de criação de instituições de ensino superior na cidade, em 16 de maio de 1955 foi publicado pelo Ministro de Educação a Portaria n. 144<sup>8</sup> contendo parecer favorável para o funcionamento da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), segunda instituição sob a manutenção da SCALIFRA, com a oferta do Curso de Enfermagem.

Pode-se afirmar que o contexto de criação da Escola de Enfermagem remete a 1941 quando da criação do Curso de Atendente do Serviço de Enfermagem, junto ao Hospital de Caridade. O segundo fato, remete à criação da Faculdade de Medicina (em 1954), vinculada à UFRGS. Esse curso tinha como propósito a formação de profissionais capacitados para atuar na área da saúde, bem como atender a demanda de profissionais tendo em vista a carência de pessoas com formação específica para atuação junto ao Hospital de Caridade de Santa Maria. Nesse sentido Backes et al (2015) relatam a necessidade de constituição de uma Escola de Enfermagem, e para tanto, foi encaminhado um pedido à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Assim, a SCALIFRA-ZN concordou com a criação e manutenção da Escola de Enfermagem na cidade de Santa Maria.

---

<sup>6</sup> BRASIL. **Parecer n. 40 de 21 de março de 1955 da Comissão do Ensino Superior do Ministério da Educação.** Autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas.

<sup>7</sup> BRASIL. **Decreto n. 37.103 de 31 de março de 1955.** Concede autorização para funcionamento de cursos que indica. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37103-31-marco-1955-332706-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 22 mar. 2019.

<sup>8</sup> BRASIL. **Portaria n. 144 de 16 de maio de 1955.** Cria o Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

Em 10 de setembro de 1968 a Instituição teve sua nomenclatura alterada de Escola para Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), por meio do Decreto n. 63.231<sup>9</sup>.

Tal como a FIC, a FACEM desenvolveu suas atividades ao longo dos anos, até que em 1995 as duas instituições foram unificadas para formação das Faculdades Franciscanas (FAFRA).

É importante destacar a atuação das Irmãs Franciscanas na constituição de outra Instituição, anterior a FAFRA. Nesse sentido, aborda-se a seguir a sua participação na criação e desenvolvimento da Universidade de Santa Maria (USM), na década de 1960. Assim, pode-se afirmar que os antecedentes da criação da USM remontam a sua idealização por parte do prof. José Mariano da Rocha Filho. Sobre esse processo, Barichello afirma que

Em 1959 era grande a movimentação para a criação da Universidade de Santa Maria. Vários cursos superiores já estavam em funcionamento na cidade – Farmácia, Medicina, Odontologia, Instituto Politécnico, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição, Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Direito – todos eles implantados pela Associação Santamariense de Ensino Superior, com exceção da Faculdade de Farmácia<sup>IV</sup>.

Assim, Barichello (2001) destaca a participação da ASPES, como uma motivadora no processo de constituição das instituições e desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria. Dessa forma, visando a criação da USM vários esforços foram realizados. Na época a legislação vigente previa a necessidade de uma Faculdade de Filosofia, para atender ao dispositivo do Estatuto das Universidades Brasileiras, com vistas a criação de uma nova Universidade (BARICHELO, 2001). Assim, a USM foi criada a partir da integração das Faculdades de Farmácia, de Medicina e Odontologia, como faculdades integrantes, pelo Instituto Politécnico e ainda pelas seguintes instituições de ensino particulares como agregadas: Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (mantidas pelos Irmãos Maristas), e pelas Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (mantidas pelas Irmãs Franciscanas).

Destaca-se que a criação da USM só foi possível pela conjuntura de agregação das Faculdades integrantes e particulares. Bernardi (1981) enfatiza essa questão, dando destaque a

---

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto n. 63.231 de 10 de setembro de 1968. Modifica a denominação de estabelecimento de ensino superior. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSiget.action?norma=485860&id=14312540&idBinario=15703674&mime=application/rtf>> Acesso em: 28 mar. 2019.



existência da Faculdade de Filosofia e a necessidade de reunião de 4 ou 5 Faculdades para formar uma nova Universidade.

Desta forma, a Universidade de Santa Maria foi criada em 1º de dezembro de 1960, pela Lei n. 3834-C<sup>10</sup>, onde os artigos de 1 a 14 abordam especificamente a criação da Universidade de Goiás e os artigos 15 a 19 que tratam especificamente da USM. O presidente Juscelino Kubtchek presidiu o ato oficial de criação da USM e da Universidade de Goiás na cidade de Goiânia, em praça pública. O fato foi amplamente noticiado pois marcou a criação da primeira universidade federal no interior do Brasil.

Sobre esse aspecto, o prof. José Mariano da Rocha Filho relembra que

Em 18 de dezembro de 1960, ao ato oficial de criação da Universidade de Santa Maria, em Goiânia, compareceram as principais autoridades que integravam a direção da ASPES. Constituíram essa caravana o dr. Miguel Sevi Vieiro, Prefeito Municipal, dr. José Dutra, Juiz de Direito e Diretor do Fórum, os representantes dos centros acadêmicos das Faculdades de Medicina e Farmácia, o jornalista Robson Flores e o vereador Antonio Abelin, representando a Câmara de Vereadores, assim como eu e minha esposa<sup>v</sup>.

A relevância de trazer os aspectos referentes a criação da USM motiva-se pois embora a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã não tenha atuado como mantenedora da USM, esta teve um papel fundamental na sua constituição a partir da atuação da FIC e FACEM como agregadas.

Outra instituição que tem papel importante no ensino superior de Santa Maria, também mantida pelas Irmãs Franciscanas diz respeito às Faculdades Franciscanas (FAFRA), criada em 14 de novembro de 1995, por meio da Portaria n. 1.402<sup>11</sup>. Os fatos preliminares que motivaram a unificação das duas instituições decorrem do contexto educacional da época. Nos anos 1960 o Brasil teve um grande crescimento na oferta e implementação de instituições de ensino superior, considerando a interiorização do ensino, ou seja, a implementação de instituições fora das capitais dos Estados brasileiros. No entanto, entre os anos 1975 e 1985 houve um movimento oposto, em que várias instituições foram unificadas (BATISTA, 1993). Diante deste cenário, a FIC e a FACEM, assim como outras instituições de ensino, começaram a estudar formas de unificar suas atividades.

---

<sup>10</sup> BRASIL. **Lei n. 3834-C de 14 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade Federal de Goiás e dá outras providências.

<sup>11</sup> BRASIL. **Portaria n. 1.402 de 14 de novembro de 1995 do Ministro do Estado da Educação e do Desporto**. Aprovação do regimento unificado da FIC e FACEM que passam a denominar-se Faculdades Franciscanas (FAFRA).

Além desse contexto educacional, outras razões levaram a unificação, dentre estas pode-se destacar o possível fortalecimento das duas instituições com a otimização dos recursos financeiros e humanos.

Constituída a FAFRA, esta desenvolveu atividades buscando o seu crescimento com a oferta de novos cursos, com destaque para a oferta da pós-graduação stricto sensu. Compreende-se que as ações da FAFRA não tiveram uma longa duração, pois ocorreram de 1995 a 1998, no entanto, esse período foi propício para o fortalecimento e crescimento da instituição visando a transformação em Centro Universitário Franciscano.

A constituição do Centro Universitário Franciscano acompanhou a legislação brasileira referente ao ensino superior, pois a partir da Lei n. 9.394/96<sup>12</sup> foi instituído o Decreto n. 2.207<sup>13</sup> de 15 de abril de 1997, que buscava regulamentar o Sistema Federal de Ensino, conceituando neste contexto os Centros Universitários. Tais legislações permitiram a configuração de novas instituições de ensino superior, bem como, a partir da revogação do Decreto n. 2.207/1997 pelo Decreto n. 2.306<sup>14</sup> de 19 de agosto de 1997, a modificação do conceito de Centro Universitário.

Todas essas alterações na legislação favoreceram a transformação da FAFRA em Centro Universitário Franciscano (CEUNIFRAN) no ano de 1998, realizada pelo credenciamento pelo período de três anos, a qual posteriormente adotou a nomenclatura de Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). No ano de 2004, pela Portaria n. 1.564<sup>15</sup> de 27 de maio a instituição foi recredenciada pelo Ministro da Educação.

Após a constituição da UNIFRA, transcorridos alguns anos, em 2018, a instituição transformou-se novamente, constituindo a Universidade Franciscana. Rupolo (2018) destaca que a transição para Universidade foi construída ao longo dos anos, a partir do amadurecimento da instituição enquanto Centro Universitário e que essa mudança se constitui em um novo desafio que a instituição se propõe.

---

<sup>12</sup> BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) > Acesso em: 3 maio 2019.

<sup>13</sup> BRASIL. **Decreto n. 2.207 de 15 de abril de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2207.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm) > Acesso em: 3 maio 2019.

<sup>14</sup> BRASIL. **Decreto n. 2.306 de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2306.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm) > Acesso em: 3 maio 2019.

<sup>15</sup> BRASIL. **Portaria n. 1.564 de 27 de maio de 2004**. Recredenciamento do Centro Universitário Franciscano e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional e Estatuto da instituição.

Assim, em 22 de março de 2018, pela Portaria n. 259<sup>16</sup> ocorre o credenciamento da Universidade Franciscana (UNIFRA) por transformação do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) pelo prazo de dez anos. Posteriormente a instituição adotou outra nomenclatura – Universidade Franciscana (UFN), considerando que já havia uma instituição de ensino superior que adotava a sigla UNIFRAN, junto ao Ministério da Educação, a Universidade de Franca, desde 1994.

Nesse contexto pode-se afirmar que a UFN é resultado da constituição e evolução das primeiras Faculdades criadas na cidade de Santa Maria, tendo como mantenedora a SCALIFRA-ZN, as quais foram de desenvolvendo, crescendo e transformando-se ao ponto de permitir sua estruturação enquanto Universidade Franciscana.

Diante desta conjuntura buscou-se apresentar elementos sobre todas as instituições que foram gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas (FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA e UFN), mas também sobre a Universidade de Santa Maria, atual Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que foi criada a partir da contribuição desta Congregação religiosa, e de outras instituições que foram agregadas à Universidade. Dessa formar buscou-se desvelar a participação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na constituição do ensino superior em Santa Maria - RS, para a partir destes elementos subsidiar a construção da memória sobre a educação superior no município.

### **A trajetória das instituições gerenciadas pelas irmãs franciscanas como um suporte para a memória da educação superior na cidade.**

A partir da abordagem da trajetória de constituição das instituições de ensino superior mantidas pela SCALIFRA-ZN em Santa Maria - RS, faz-se necessário entender como esta história pode ser utilizada como um registro sobre a memória da educação superior no município.

Assim, inicialmente buscou-se discutir alguns conceitos relacionados a memória. Nesse sentido, Dantas<sup>vi</sup> coloca que a memória consiste no “[...] processo seletivo de retenção e utilização contínua de ideias, impressões, imagens, conhecimentos e experiências adquiridos e vividos anteriormente”. Já para Candau<sup>vii</sup> a memória é “[...] uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”.

---

<sup>16</sup> BRASIL. **Portaria n. 259 de 22 de março de 2018 do Ministério da Educação.** Fica credenciada a Universidade Franciscana – UNIFRA, por transformação do Centro Universitário – UNIFRA. Disponível em: < <https://www.santosjunior.com.br/Legislacao/portaria25922032018.pdf> > Acesso em 28 fev. 2019.

Considerando essas definições classifica-se de forma genérica a memória em individual e coletiva (ou social). Assim, ao tentar definir a memória individual, pode-se afirmar que esta corresponde as experiências pessoais do indivíduo no decorrer de sua vida. Dessa forma, as memórias individuais são todas as experiências e a bagagem que o indivíduo traz consigo, as quais são moldadas pelas emoções, pelo nível de consciência e condição deste. Para Candau<sup>viii</sup> “Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido”.

Já o conceito de memória coletiva foi definido inicialmente por Halbwachs (1997) *apud* Ricoeur (2007), onde o referido autor destaca não haver uma memória coletiva sem a união de memórias individuais. Corrobora com essa colocação o autor Candau pois este diz que

Ao final, a memória coletiva segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem [...] múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas<sup>ix</sup>.

Assim, para que seja construída uma memória coletiva é necessário que previamente ocorram memórias individuais. Candau<sup>x</sup> destaca que “[...] não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais são se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação”.

Destarte, muitas vezes para que as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, possam ser produzidas há a necessidade de serem acionadas a partir de um gatilho, o qual pode ser um evento, uma experiência ou ainda o vislumbrar de algum documento, e/ou fotografia, etc. Desta forma, compreende-se ainda que: La memoria, en tanto construcción social narrativa, tiene una relación de mutua constitución con la identidad ya que otorga el sentimiento de continuidad y de coherencia de una persona o grupo en su reconstrucción de sí mismo<sup>xi</sup>.

No entanto, essa relação com a identidade, e possibilidade de reconstrução de si ocorre a partir do entendimento de como essa memória foi formada, constituída e interpretada. A proposta deste trabalho visa considerar a trajetória das instituições educativas mantidas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã como elementos fundamentais para o resgate da memória sobre o ensino superior no município de Santa Maria.

Nesse sentido, compreende-se que um dos indícios que permitem essa aproximação são os documentos presentes nos arquivos destas instituições de ensino. Ao tentar caracterizar um arquivo, dentre outros aspectos, Farge coloca que

O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos da verdade até então retidos saltam à vista; ofuscantes de nitidez e credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte<sup>xii</sup>.

Assim, utilizado enquanto uma fonte de pesquisa os arquivos de instituições educativas têm muitas possibilidades de uso, para além das funções administrativas, jurídicas ou probatórias para as quais foram inicialmente criados. Considerando essas questões, Brito e Blaya<sup>xiii</sup> colocam que as memórias coletivas “[...] podem ser formuladas e compreendidas sob a perspectiva da produção documental de uma instituição (documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, etc.), tornando-se nesse contexto parte da sua história”.

Diante do exposto, no caso específico deste estudo aborda-se o uso dos documentos presentes nos arquivos de instituições de ensino superior, gerenciadas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, em Santa Maria, RS, como fontes historiográficas.

Portanto, tais documentos podem vir a ser evocadores da memória coletiva, e ao atuarem com essa função auxiliam a construir uma narrativa, uma história sobre a instituição da qual fazem parte, mas também subsidiam o entendimento do contexto local sobre a educação superior. Conseqüentemente, conforme destaca Tornary e Vega (2009) a história utiliza-se da memória como uma fonte. No entanto é preciso lembrar que

La memoria y sus usos no son la antesala necesaria de la historia, así como ésta no legitima directamente a aquélla. Para que la memoria (individual, colectiva, vivida o heredada) trascienda sus limitaciones y sea el punto de partida de una historia es preciso que se opere el fenómeno de su historización, es decir, su objetivación y racionalización en un conocimiento contrastado sujeto a un método del que su productor pueda dar cuenta públicamente<sup>xiv</sup>.

Diante do exposto, considera-se que as memórias que podem ser evocadas com base na leitura e interpretação dos documentos das instituições de ensino gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas, contribuem para a construção de uma narrativa sobre o ensino superior no município de Santa Maria, entre o período de 1950 até os dias atuais. E, a partir destas memórias, tem-se uma interpretação sobre como o ensino superior foi se constituindo na cidade, especialmente no tocante a oferta dos cursos e os desdobramentos decorrentes da

atuação das Irmãs Franciscanas no setor educacional a fim de que este pudesse ter seu desenvolvimento e crescimento.

### **Considerações finais**

Os aportes teóricos apresentados neste trabalho permitem inferir que a memória da educação superior na cidade de Santa Maria, RS, pode ser evocada a partir de fontes documentais de instituições de ensino. Nesse contexto específico, tem-se a delimitação de diferentes instituições de ensino superior gerenciadas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que fazem parte do desenvolvimento e crescimento no ensino superior no município entre os anos de 1950 até os dias atuais.

Assim, a partir da trajetória de constituição e evolução da FIC (criada em 1955), FACEM (criada em 1955), FAFRA (criada em 1995), UNIFRA (criada em 1998) e UFN (criada em 2018), tem-se diferentes informações sobre o ensino superior os quais podem ser utilizados em estudos científicos.

Tem-se como exemplo a percepção de características sobre os cursos ofertados ao longo dos anos o que permite observar como determinadas áreas do conhecimento foram se instalando e se desenvolvendo na cidade, possibilitando assim compreender aspectos da construção de uma trajetória sobre o ensino superior. Nos arquivos destas instituições também é possível coletar elementos sobre o quantitativo de professores nas instituições, as relações dos mesmos com as disciplinas ministradas, compreendendo assim o percentual de mão de obra destinado aos cursos e a formação dos discentes por período. Enfim, as possibilidades de estudo sobre essa temática são muitas.

É preciso lembrar ainda que além das instituições mantidas pela SCALIFRA as Irmãs Franciscanas também tiveram uma participação expressiva na constituição da Universidade Federal de Santa Maria, o que contribuiu nos anos 1960 para a interiorização do ensino superior, trazendo uma Universidade para fora de uma capital.

Diante do exposto, entende-se que a relevância dessa pesquisa consiste na tentativa de demonstrar que ao longo dos anos, as Irmãs Franciscanas contribuíram de forma sistemática para o desenvolvimento da área de educação, em especial no ensino superior na cidade de Santa Maria, desde os anos 1955 até a atualidade.

Além disso, reforça-se o potencial de uso dos documentos presentes nos arquivos das instituições educativas como fontes para a evocação de memórias e construção historiográfica considerando a temática da educação superior em Santa Maria - RS.

Assim, compreende-se que a presente pesquisa se caracteriza como uma possibilidade de difundir a temática de estudo sobre as Irmãs Franciscanas e as instituições por elas gerenciadas e/ou apoiadas e apresentar alguns dos resultados iniciais levantados sobre a trajetória do ensino superior em Santa Maria, considerando os pressupostos de criação e desenvolvimento das instituições presentes no município.

## **Bibliografia**

BACKES, Dirce Stein; et al. **Enfermagem FACEM/UNIFRA: uma trajetória de transformações: 60 anos enfermagem Centro Universitário Franciscano**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2015.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Universidade e Comunicação: Identidade Institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnoeducacional**. 2000, 309 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001.

BATISTA, Edlamar. **Ensino Superior no Brasil 1980 – 1991**. IPEA: Rio de Janeiro. Outubro de 1993. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0321.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0321.pdf) > Acesso em: 15 abr. 2019.

BRITO, Luciana Souza de; BLAYA, Carlos. O acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano e a preservação de sua memória institucional. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; SCHIAVON, Carmem Gessilda Burget; GASTAUD, Carla Rodrigues. (Orgs). **Patrimônio no plural: práticas e perspectivas investigativas**. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2018. p. 245 a 261.

BERNARDI, Hélios Homero. Saudação aos 20 anos da UFSM. In: **Quero Quero**. Ano VIII, n. 30, Exemplar cortesia, 26 de maio de 1981. p. 26 a 30.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

DANTAS, Fabiana Santos. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba: Juruá, 2010.

FARGE, Arlete. **O Sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ISAIA, Antônio. Causas que influíram na implantação do ensino superior em Santa Maria. **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 8, n. 2, jul/dez 1985. p. 75 – 102.

\_\_\_\_\_. **UFSM Memórias**. Santa Maria: [s.n.], 2006.

MARQUES, Maria Aparecida; DALPIAN, Laurindo. **Uma trajetória de fé e perseverança: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã**. Santa Maria: Unifra, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. 5. reimp. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROCHA FILHO, José Mariano da. Anotações para a História da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 8, n. 2, jul/dez 1985. p. 69 – 74.

RUPOLO, Iraní. **Iraní Rupolo**: depoimento [ago 2018]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2018, 79.391 KB.

TORNARY, Maria Laura; VEJA, Natalia. Entre la memoria y la historia: deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: ALONSO, Luciano; FALCHINI, Adriana. **Memoria e Historia del pasado reciente**: problemas didácticos y disciplinares. Santa Fé, Argentina: Universidad Nacional del Litoral, 2009. p. 51 a 78.

ZAMPIERI, Renata Venturini. **Campus da Universidade Federal de Santa Maria: um testemunho, um fragmento**. 2011. 220 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.



---

<sup>i</sup> BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Universidade e Comunicação: Identidade Institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnoeducacional**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 170.

<sup>ii</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Ata de reunião n. 180, de 4 de maio de 1954**, p.1.

<sup>iii</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Ata de reunião n. 167, de 14 de dezembro de 1953**, p.1.

<sup>iv</sup> BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha, op. cit. p. 172.

<sup>v</sup> ROCHA FILHO, José Mariano da. Anotações para a História da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, jul/dez 1985, p. 74.

<sup>vi</sup> DANTAS, Fabiana Santos. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 52.

<sup>vii</sup> CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9.

<sup>viii</sup> CANDAU, Jöel. op. cit. p. 61.

<sup>ix</sup> CANDAU, Jöel. op. cit. p. 49.

<sup>x</sup> CANDAU, Jöel. op. cit. p. 48.

<sup>xi</sup> TORNARY, Maria Laura; VEJA, Natalia. Entre la memoria y la historia: deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: ALONSO, Luciano; FALCHINI, Adriana. **Memoria e Historia del pasado reciente: problemas didácticos y disciplinares**. Santa Fé, Argentina: Universidad Nacional del Litoral, 2009, p. 55.

<sup>xii</sup> FARGE, Arlette. **O Sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 15.

<sup>xiii</sup> BRITO, Luciana Souza de; BLAYA, Carlos. O acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano e a preservação de sua memória institucional. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; SCHIAVON, Carmem Gessilda Burget; GASTAUD, Carla Rodrigues. (Orgs.). **Patrimônio no plural: práticas e perspectivas investigativas**. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2018, p. 257.

<sup>xiv</sup> TORNARY, Maria Laura; VEJA, Natalia. op. cit. p. 62.